



RELATÓRIO & CONTAS 2022

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Sociedade, vimos submeter à apreciação da Assembleia-Geral o Relatório de Gestão, as Contas e os respetivos Anexos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

1 - A ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

No conjunto do ano 2022, o PIB registou um crescimento de 6,7% em volume, o mais elevado desde 1987, após o aumento de 5,5% em 2021, que se seguiu à diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia na atividade económica.

Em termos nominais, o PIB aumentou 11,5% em 2022 (7,1% em 2021), atingindo cerca de 239.000 milhões de euros.

A procura interna desacelerou, em termos reais, para uma taxa de variação de 4,5% (5,6% no ano anterior), passando de um contributo para a variação anual do PIB de 5,8 pontos percentuais em 2021, para 4,7 pontos percentuais em 2022.

A procura externa líquida apresentou um contributo positivo de 2,1 pontos percentuais, após o contributo de -0,3 pontos percentuais em 2021, tendo as exportações de bens e serviços acelerado de 13,4% para 16,7%, enquanto as importações desaceleraram de 13,2% em 2021, para 11,0%.

O consumo privado - as despesas de consumo final das famílias residentes e das instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias - registou um crescimento de 5,7%, em termos reais, acelerando face aos 4,7% registados em 2021.

O consumo público, (despesas de consumo final das Administrações Públicas), desacelerou em termos reais, tendo registado uma taxa de variação de 2,4% (4,6% no ano anterior). Em termos nominais, registou um crescimento de 7,3% (6,1% em 2021).

Em 2022, o investimento aumentou 2,7% em termos reais, abrandando significativamente face aos 10,1% registados no ano anterior. Segundo o INE, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou um aumento menos expressivo face ao ano anterior (de 8,7% para 2,7%), enquanto a variação de existências apresentou um contributo nulo para a variação anual do PIB (0,2 pontos percentuais em 2021).

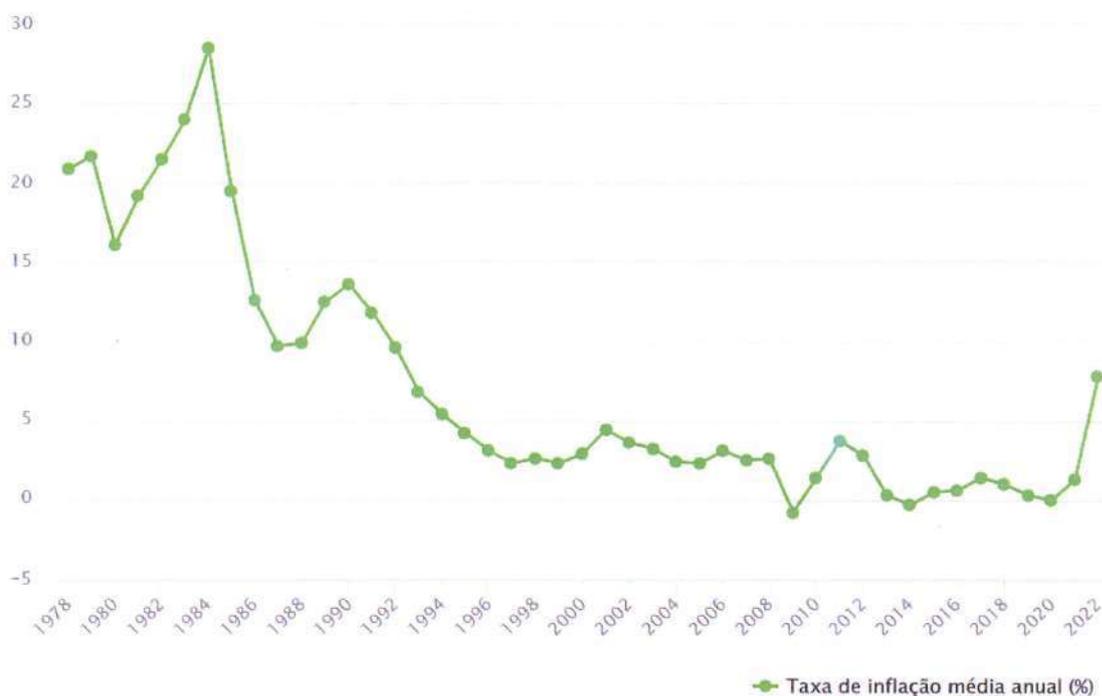
Em 2022, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base registou uma taxa de variação de 6,1% em volume, após um aumento de 4,9% em 2021.

As exportações portuguesas atingiram, em 2022, os 50% do PIB, totalizando 120 mil milhões de euros. Não obstante, as importações cresceram a um ritmo superior ao das exportações (31% e 22%, respectivamente).

Em 2022, a economia portuguesa registou um défice externo de 1,1 mil milhões de euros, o que corresponde a 0,5% do PIB. Excluindo o ano de 2020, em que se verificou um valor marginalmente negativo do saldo, a economia portuguesa já não apresentava necessidades de financiamento desde 2011.

Em 2022, o IPC registou uma taxa de variação média anual de 7,8% (em comparação com 1,3% em 2021), o valor mais elevado desde 1992. A variação do indicador de inflação subjacente, que exclui produtos alimentares não transformados e energéticos, foi de 5,6% em 2022 (0,8% em 2021).

O aumento da taxa de variação do IPC entre 2021 e 2022 foi influenciado pelo comportamento da inflação subjacente atrás referido, e pela aceleração dos preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos, que registaram variações médias anuais de, respetivamente, 12,2% e 23,7% (0,6% e 7,3% em 2021).



Fonte: INE. Taxa de inflação média corresponde ao Índice de Preços no Consumidor (IPC).

Em 2022, registou-se um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos bens que os dos serviços. Com efeito, em 2022, os preços dos bens aumentaram 10,2% (1,7% em 2021), enquanto a taxa de variação média dos preços dos serviços foi 4,3% (0,6% no ano anterior).

O agregado dos produtos energéticos, composto por produtos que têm um peso significativo nas classes da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis (onde se inclui a electricidade, gás e combustíveis para aquecimento) e dos transportes (que integra os combustíveis para veículos), passou de uma taxa de variação média de 7,3% em 2021, para 23,7% em 2022.

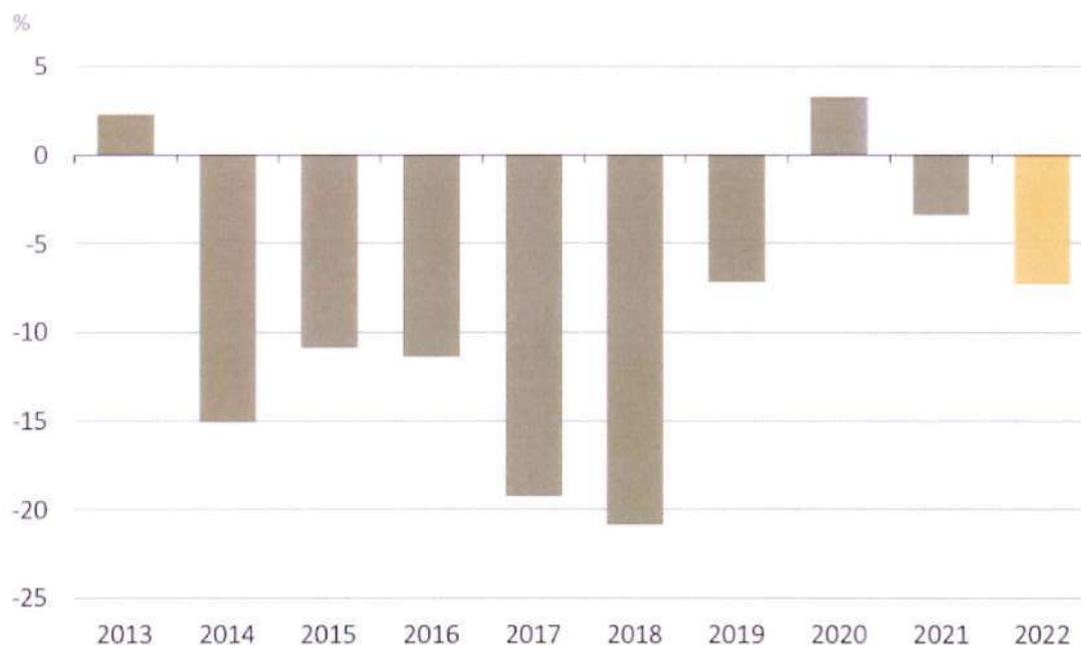
Os produtos alimentares não transformados, que em 2021 tinham registado uma variação anual de 0,6%, sofreram em 2022 um forte aumento de preços (12,2%). As variações médias de cada semestre de 2022 foram de 7,7% no primeiro semestre e 16,7% no segundo, resultado de uma trajetória de aceleração constante das taxas homólogas até ao mês de Outubro.

O emprego para o conjunto dos ramos de actividade (medido em número de indivíduos) registou um crescimento de 2,0% em 2022, após um aumento de 1,9% no ano anterior, tendo o emprego remunerado aumentado 3,3%, após uma subida de 1,8% em 2021.

Considerando o emprego medido em termos de horas trabalhadas, verificou-se um crescimento de 2,9% em 2022 (3,1% 2021), tendo a produtividade medida pelo rácio entre o PIB em volume e o número de pessoas empregadas aumentado 4,0% (2,9% em 2021), enquanto a medida pelo rácio entre o PIB em volume e o número de horas trabalhadas passou de um crescimento de 1,7% em 2021, para 3,1% em 2022.

A taxa de desemprego em Portugal fixou-se em 6% em 2022, menos 0,6 pontos percentuais (p.p.) face ao ano anterior. Em 2022, o número de desempregados em Portugal diminuiu, em média, 7,3% (24,9 mil), para 313,9 mil pessoas, face a 2021, registando o valor mais baixo desde 2011. Entre os jovens (16 aos 24 anos), a taxa de desemprego fixou-se em 19%, menos 4,4 p.p. do que em 2021.

Taxa de variação anual da população desempregada



Fonte: INE

A contribuir para a variação anual da população desempregada estiveram, sobretudo, os decréscimos nos homens (-10,6%); nas pessoas dos 16 aos 24 anos (-16%); nas pessoas com ensino superior (-14,4%) ou ensino secundário ou pós-secundário (-10,2%); à procura de novo emprego (-8,6%); e desempregadas há menos de 12 meses (-10,3%).

De referir também que, em 2022, a proporção de desempregados de longa duração teve um crescimento homólogo de 1,8 p.p., para 45,2%, sendo que mais de três quintos destes (63,7%) se encontravam nesta situação há dois ou mais anos.

2 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Em 2022, tínhamos perspectivado um crescimento da receita na ordem dos 10%, alicerçado na dinâmica do Grupo Económico onde nos inserimos e da melhoria da remuneração junto dos parceiros seguradores.

Ambos os pressupostos vieram a confirmar-se, tendo resultado num crescimento superior a 20%, ou seja, mais do dobro do estimado.

Por outro lado, aproveitamos para investir na preparação da equipa no âmbito do negócio do ramo “vida”, segmento onde se identificam oportunidades de crescimento, em especial, pela via da venda cruzada. Para o efeito, contámos com consultoria específica para esta área de negócio, bem como, com formação técnica e comercial para os seguros de Vida Risco, em particular, relacionados com o crédito à habitação.

Em face dos objectivos traçados, podemos afirmar que os mesmos foram alcançados e que foram reforçadas as competências da equipa, preparando-a para desafios futuros ainda mais ambiciosos.

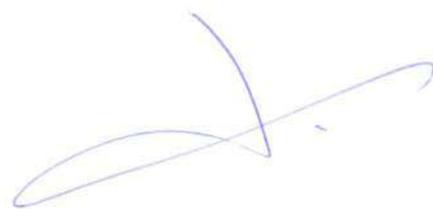
3 - POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O número de efectivos em 31 de Dezembro de 2022 era de 2, com uma média etária de 30,5 anos.

O aumento da produtividade, o melhor aproveitamento do potencial humano e a melhoria da qualidade de serviço orientaram, durante o ano de 2022, a gestão dos recursos humanos da Segur B.

Em 2022, demos ainda especial atenção ao desenvolvimento de uma cultura de rigor e de políticas de gestão de recursos humanos baseadas na meritocracia e na transparência de critérios.

Foi mantido o esforço de formação profissional em todas as áreas fundamentais da Empresa, com especial incidência no domínio da área técnica de seguros, entre outras, nas quais foram despendidas mais de 40 horas.



4 - SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

A Empresa não tem quaisquer dívidas ao Estado ou a Outros Entes Públicos em mora.

5 - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A Empresa conseguiu ultrapassar a meta de crescimento das receitas que tinha delineado, tendo-se atingido um volume de negócios de 153.518,36 €, o que representa um acréscimo de 20,35% face ao verificado no ano transato, que atingiu 127.558,22 €.

O resultado líquido cifrou-se em 3.123,14 €, o que se traduz num acréscimo de 169,96% face ao período homólogo, que registou 1.156,89 €.

Ao nível dos resultados líquidos e meios libertos, a Empresa registou, nos últimos três exercícios, a evolução constatada no quadro abaixo:

	2020	2021	2022
Capital Próprio	166.694,78 €	167.851,67 €	170.974,81 €
Total Rendimentos	116.787,27 €	127.582,86 €	155.130,38 €
Resultados Líquidos	8.016,70 €	1.156,89 €	3.123,14 €
Cash Flow Líquido	9.258,72 €	1.493,66 €	4.549,19 €

6 - PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Enquadramento

A atividade económica deverá crescer 1,9%, em média, em 2023-25, condicionada pela inflação elevada e pelo agravamento das condições de financiamento. Em 2023, o crescimento deverá diminuir de 6,7% para 1,8%, traduzindo, em larga medida, o menor contributo (líquido de conteúdos importados) do consumo privado e das exportações - em particular de turismo - após a recuperação dos níveis pré-pandemia. Nos

dois anos seguintes, o crescimento deverá aumentar para 2%, com um maior contributo do consumo e do investimento, num quadro de recuperação do rendimento disponível, condições de financiamento mais estáveis, redução da incerteza e menores pressões inflacionistas.

No horizonte de projeção 2023-25, o investimento e as exportações deverão retomar as trajetórias de crescimento observadas no período pré-pandemia, aumentando o seu peso no PIB e contribuindo para um crescimento sustentado da economia portuguesa.

O consumo privado deverá aumentar 0,3% em 2023, enquadrado pelo crescimento contido do rendimento disponível real e pela recuperação da taxa de poupança. Após a resiliência observada ao longo de 2022, o consumo privado caiu 0,4% no último trimestre. Este comportamento foi transversal às componentes de bens duradouros e consumo corrente. O acentuar dos efeitos associados à inflação alta e ao agravamento das condições financeiras, parcialmente mitigados pelas medidas de apoio do Governo, terão contribuído para a redução do consumo no final de 2022. Estes fatores deverão continuar a condicionar a evolução do consumo ao longo de 2023. Em particular, a subida expressiva das taxas de juro desde meados de 2022 restringe o acesso a novos empréstimos e implica um novo aumento do serviço da dívida.

Em 2024-25, o consumo privado deverá acelerar, mas a um ritmo inferior ao da atividade. O projectado abrandamento dos preços e o crescimento dos salários por trabalhador deverão contribuir para um aumento do rendimento disponível real de 1,8%, em média, em 2024-25.

Num contexto de menor incerteza, o consumo privado deverá crescer 1,2%, em média, assumindo-se a continuação da recuperação da taxa de poupança para um nível próximo do observado antes da pandemia.

O consumo público deverá crescer 1,8% em 2023 (após 2,4% em 2022) e mantém uma tendência de desaceleração ao longo do horizonte de projeção. A desaceleração em 2023 está associada a um menor crescimento do número de funcionários públicos. Pelo contrário, o menor dinamismo das vendas de bens e serviços pelas administrações públicas (que são deduzidas ao consumo público) após o período de recuperação pós-pandémico determina uma aceleração da despesa com bens e serviços. Em 2024 e 2025 o consumo público deverá crescer, em média, 1%, assumindo-se a estabilização do número de funcionários públicos e um crescimento de cerca de 2% da despesa em bens e serviços, em linha com o PIB.

Após um aumento de 2,7% em 2022, o investimento deverá crescer 2,3% em 2023 e 4,7%, em média, em 2024-25, beneficiando da entrada de fundos da União Europeia, em particular os associados ao PRR. O investimento público deverá ter um forte impulso em 2023, em linha como o Orçamento do Estado. Nos anos seguintes consideram-se taxas de crescimento progressivamente menores. O crescimento médio em torno de 10% no horizonte de projeção é explicado em larga medida pelo impacto da execução dos projetos financiados pelo PRR.

O investimento empresarial deverá crescer menos em 2023 (0,9%, após 2,6% em 2022), refletindo o aperto das condições de financiamento e o abrandamento da procura global. A manutenção da incerteza elevada também motiva a adoção de uma postura mais cautelosa por parte das empresas, contribuindo para o adiamento de decisões de investimento. No entanto, espera-se que a aceleração da procura, o abrandamento gradual dos custos de produção e o desvanecimento dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento potenciem um maior dinamismo desta componente a partir da segunda metade de 2023, traduzindo-se num crescimento de 5%, em média, em 2024-25.

O investimento em habitação deverá ser a componente da despesa mais afetada pelo aumento das taxas de juro, projetando-se uma redução em torno de 4% em 2023. A evolução deste agregado será igualmente condicionada, do lado da procura, pelo impacto da inflação sobre o poder de compra das famílias e, do lado da oferta, pelos custos de construção elevados e a dificuldade de contratação de mão-de-obra. Em 2024-25, a FBCF em habitação deverá crescer a um ritmo moderado (2%, em média), refletindo alguma recuperação da procura, associada ao maior crescimento do rendimento disponível e à diminuição gradual das taxas de juro.

Num contexto de abrandamento da economia global, as exportações de bens e serviços deverão crescer acima da procura externa (4,1%, face a 2,9%, em média, em 2023-25). Após um desempenho forte na primeira metade de 2022, as exportações de bens enfraqueceram no segundo semestre, tendo registado uma quebra no último trimestre do ano (-2,6%, em cadeia) superior à da procura externa de bens e serviços. Em 2023, as exportações de bens deverão crescer 1,2% (após 5,1% em 2022), e acelerar para 4,1%, em média, em 2024-25, refletindo o desvanecimento dos constrangimentos nas cadeias de valor globais e a melhoria do enquadramento internacional. As exportações de serviços deverão apresentar um maior dinamismo no horizonte, associado maioritariamente aos serviços ligados ao turismo. As exportações de turismo deverão aumentar 14,9% em 2023, desacelerando posteriormente, num quadro de dissipação dos efeitos de procura adiada durante a pandemia. Em 2023, as exportações de turismo

beneficiam de um efeito positivo associado à Jornada Mundial da Juventude, que ocorrerá no terceiro trimestre do ano.

As importações de bens e serviços deverão crescer 3,1%, em média, no horizonte de projeção, exibindo uma trajetória de aceleração entre 2023 e 2025, em linha com procura global ponderada pelos conteúdos importados.

A balança corrente e de capital deverá voltar a registar excedentes no horizonte de projeção, ultrapassando 2% do PIB, em média, após um saldo de -0,4% em 2022. A melhoria face a 2022 reflete, em larga medida, o comportamento do saldo de bens e serviços. O impacto negativo da pandemia sobre os fluxos de turismo (em 2020) e a perda de termos de troca em 2021-22 determinaram, neste período, um défice médio desta balança de 2,2% do PIB.

Ao longo do horizonte, projeta-se uma melhoria contínua do saldo da balança de bens e serviços, refletindo um efeito de volume positivo - associado, em particular, ao dinamismo do turismo - e a melhoria dos termos de troca, num contexto de redução dos preços dos bens energéticos. No final do horizonte, a balança de bens e serviços deverá registar um excedente de 0,5% do PIB, ficando aquém dos valores médios no período pré-pandemia (1,2% em 2015-19).

O saldo das balanças de rendimento e capital também deverá aumentar face a 2022 (para 2,1%, em média, em 2023-25), beneficiando da entrada líquida de fundos da UE associados ao Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, ao Next Generation EU e, em menor grau, ao Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 (em fase de conclusão).

O mercado de trabalho mantém-se robusto no horizonte de projeção. O emprego deverá variar 0,1%, em média, entre 2023 e 2025. Estas variações são enquadradas pela relativa estabilização da população em idade ativa (com os fluxos de imigração a compensarem a evolução do saldo natural) e das taxas de atividade e de desemprego. Assume-se que a taxa de atividade voltará a aumentar para um novo máximo histórico em 2023 e estabilizar em 2024-25.

A taxa de desemprego deverá aumentar para 7% em 2023 (próximo do observado em 2018-19), tendo em conta os desenvolvimentos recentes e o impacto desfasado do abrandamento da atividade ao longo de 2022. Em 2024-25, a taxa de desemprego deverá decrescer, situando-se em 6,7% no final do horizonte.



Após um aumento de 7,7% em 2022, projeta-se um crescimento dos salários nominais por trabalhador no setor privado de 7,1% em 2023 e de 5%, em média, em 2024-25. Estas projeções incorporam a evolução do salário mínimo anunciada pelo Governo (7,8% em 2023, 6,6% em 2024 e 5,6% em 2025). Adicionalmente, a situação no mercado de trabalho, a manutenção da inflação elevada e os esforços dos trabalhadores para minimizarem o choque sobre o seu poder de compra deverão contribuir para a evolução esperada em 2023. Em 2024-25, a diminuição esperada da inflação reflete-se numa redução das pressões sobre os salários. Em termos reais, os salários por trabalhador no setor privado deverão aumentar 1,3% em 2023, tendo em conta a evolução projetada para o deflator do consumo. Em 2024-25, projeta-se um crescimento médio dos salários reais de 2,2%, aproximadamente em linha com a produtividade

A inflação encontra-se numa trajetória de redução desde o final de 2022, mas deverá manter-se elevada. O aumento expressivo da inflação (medida pela taxa de variação do IHPC) para 8,1% em 2022 refletiu maioritariamente pressões de origem externa. As componentes do IHPC com maior conteúdo importado (excluindo energéticos) explicaram 4,2 pp da inflação observada. Um exercício semelhante que agrega as rubricas com base na sua intensidade energética sugere que a componente com alta intensidade energética (excluindo energéticos) e a componente de bens energéticos tiveram contributos de 4,3 pp e 1,9 pp, respetivamente, para a variação do IHPC total em 2022. A resolução gradual dos estrangulamentos nas cadeias de fornecimento de bens, a redução dos custos das matérias-primas e bens importados e o abrandamento da atividade global deverão contribuir para a redução das pressões inflacionistas externas. A diminuição recente da inflação é explicada quase exclusivamente pela evolução da componente energética, traduzindo a queda do preço do petróleo e da eletricidade no início de 2023. Excluindo energéticos, os preços mantêm um ritmo de crescimento elevado e relativamente estável desde o final do ano passado (próximo de 9%). Tal persistência amplia a incerteza em torno da trajetória da inflação no curto prazo. O dinamismo do preço dos bens alimentares tem contribuído para esta evolução, com variações homólogas próximas de 20% no início de 2023, superiores às observadas na área do euro. Uma análise com base nos preços de venda em plataformas online mostra que o custo de aquisição de um cabaz básico de bens alimentares aumentou cerca de 30% entre outubro de 2021 e fevereiro de 2023.

Em 2023, a inflação deverá situar-se em 5,5%, diminuindo para 3,2% em 2024 e 2,1% em 2025. Excluindo bens energéticos, os preços no consumidor deverão aumentar 6,7% em 2023 (tal como em 2022), crescendo próximo do IHPC total nos dois anos seguintes (3,2% e 2,4%).

A evolução do preço dos bens energéticos ao longo do horizonte reflete as hipóteses para o preço do petróleo e do gás, a dissipação de efeitos base em 2023 e o fim das medidas de apoio com impacto sobre os preços destes bens em 2024. Nas restantes componentes, o processo de redução será mais lento, refletindo, em parte, maiores pressões internas. O impacto da política monetária e a manutenção das expectativas de inflação de longo prazo ancoradas contribuem para que a inflação se aproxime do objetivo de médio prazo do BCE no final do horizonte de projeção.

O deflator do PIB deverá acelerar para 6,1% em 2023, após 4,5% no ano anterior, regressando a taxas mais próximas de 2% no final do horizonte. A aceleração projetada para 2023 reflete a expectativa de recuperação das margens de lucro das empresas, após a redução na crise pandémica, e a aceleração dos custos unitários do trabalho, num contexto de aperto no mercado de trabalho. Estes efeitos deverão reduzir-se nos anos seguintes. A evolução no período de projeção é compatível com uma aproximação dos pesos da remuneração dos fatores trabalho e capital no PIB aos valores pré-pandemia.

A Segur B e o Futuro

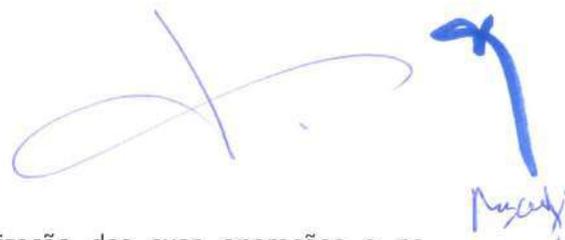
Os resultados futuros da Empresa serão necessariamente influenciados pela capacidade que a economia portuguesa vier a demonstrar para ultrapassar o atual contexto de elevada incerteza provocado pela invasão da Ucrânia pela Rússia.

Todavia, a Empresa não terá um papel passivo, e tem vindo a mobilizar todas as suas capacidades humanas e financeiras para poder aproveitar as potencialidades que resultarem da dissipação a médio prazo do impacto negativo provocado pelo conflito na Ucrânia.

Para 2023, mantemos a ambição dum crescimento da receita na ordem dos 10% face ao ano anterior.

Manteremos, igualmente, os três vectores que têm constituído o nosso quadro de referência para a obtenção dos objectivos traçados, a saber:

- A dinâmica do Grupo Económico em que nos inserimos;
- Iniciativas de venda cruzada, em especial, com foco no ramo Vida;
- Optimização da remuneração, em particular, pela via de incentivos financeiros junto do nosso principal Parceiro Segurador – Generali/Tranquilidade.



Para 2023, a Empresa deverá colocar especial enfoque na otimização das suas operações e na racionalização de custos, prosseguindo uma política de investimentos muito seletiva e modulada em função das suas capacidades de financiamento.

Estamos certos que o plano que temos em andamento consubstancia a resposta aos desafios que temos pela frente e vai permitir-nos sermos capazes de servir, com qualidade e em condições competitivas, os nossos clientes, assegurando ao mesmo tempo o cumprimento rentável da nossa missão.

7 - PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, apresentou um resultado positivo, antes de impostos, de 7.475,52 €. Dado que a correspondente estimativa para impostos ascendeu a 4.352,38 €, o Resultado Líquido fixou-se em 3.123,14 €, para o que se propõe a seguinte afectação:

- 156,16 € para Reserva Legal;
- O remanescente, no valor de 2.966,98 €, para Resultados Transitados.

8 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Até à emissão do presente relatório não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes ao termo do exercício que devam ser registados ou divulgados.

9 - NOTAS FINAIS

Ao entrar no ano 2023, conscientes do muito que ainda falta fazer, podemos sentir-nos satisfeitos com o progresso alcançado. Hoje somos, sem qualquer dúvida, uma Empresa confiante nas nossas capacidades e no nosso futuro, capaz de servir os nossos clientes em termos competitivos e com a qualidade que o mercado exige.

10 - AGRADECIMENTOS

Deixamos aqui uma palavra muito especial de agradecimento a todos quantos nos concederam o privilégio de serem nossos clientes, permitindo, com a confiança que nos ofereceram, que tenhamos conseguido reforçar a nossa posição nos mercados em que actuamos.

Registamos com gratidão os nossos fornecedores e entidades financeiras que continuam a demonstrar uma grande confiança nas capacidades da Empresa. Tal facto é razão para exprimir o nosso reconhecimento a estas entidades.

Os nossos colaboradores de uma forma geral, continuam, pela sua competência, dedicação e esforço, a permitir um elevado nível de desempenho e que aqui queremos registar com grande orgulho.

À Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, por toda a aplicação e competência de que uma vez mais deram prova no desempenho das respetivas funções, queremos igualmente deixar expressos os nossos agradecimentos.

Mealhada, 22 de Maio de 2023

Rui Manuel Neves Bandeira (Presidente)

José do Couto Gonçalves (Vogal)

António João Carvalho da Cruz (Vogal)

Anexo ao Relatório Anual do Órgão de Gestão

Acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais da Segur-B - Mediação de Seguros, S.A.

Informa-se que em 31 de Dezembro de 2022, o accionista Rui Bandeira detinha 0,2% das acções representativas do capital social da Segur-B - Mediação de Seguros, S.A.

Mealhada, 22 de Maio de 2023



Rui Bandeira
" "


Segur-B, Mediação de Seguros, S.A.

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	10	153 518,36	127 558,22
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	18	-83 852,28	-63 404,00
Gastos com o pessoal		-45 610,33	-35 010,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	20	1 612,02	24,64
Outros gastos	19	-16 766,20	-25 366,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 901,57	3 801,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-1 426,05	-336,77
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 475,52	3 465,08
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		7 475,52	3 465,08
Imposto sobre o rendimento do período	12	-4 352,38	-2 308,19
Resultado líquido do período		3 123,14	1 156,89

Mealhada, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado,

Ana Cristina Oliveira

O Conselho de Administração,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Segur-B, Mediação de Seguros, S.A.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2022

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	14 728,74	414,99
Outros activos financeiros	9	324,19	280,40
		15 052,93	695,39
Activo corrente			
Clientes			
Estado e outros entes públicos	21	3,62	52,81
Outros creditos a receber	13	240 283,10	212 798,73
Diferimentos	15	1 018,44	713,61
Activos financeiros detidos para negociação			
Caixa e depósitos bancários	5	13 228,37	10 347,91
		254 533,53	223 913,06
Total do activo		269 586,46	224 608,45
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	16	75 435,45	75 377,61
Outras reservas	16	34 201,55	34 201,55
Resultados transitados	16	8 714,91	7 615,86
Outras variações no capital próprio		-500,24	-500,24
		167 851,67	166 694,78
Resultado líquido do período		3 123,14	1 156,89
Total do capital próprio	16	170 974,81	167 851,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		90 229,19	45 498,52
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	21	2 801,81	3 573,62
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras dividas a pagar	14	5 580,65	7 684,64
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		98 611,65	56 756,78
Total do passivo		98 611,65	56 756,78
Total do capital próprio e do passivo		269 586,46	224 608,45

Mealhada , 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado,

Ana Cristina Oliveira

O Conselho de Administração,

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2021

Valores em Euros

NOTAS	DESCRÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N 1	50 000,00	0,00	0,00	0,00	74 976,77	34 201,55	0,00	-500,24	8 016,70	168 694,78	0,00	166 694,78	
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
	Alterações de políticas contabilísticas													
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
	Ajustamentos por impostos diferidos					400,84								
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio					400,84	0,00	7 615,86						
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2	0,00	0,00	0,00	0,00	400,84	0,00	7 615,86	0,00	0,00	-8 016,70	0,00	0,00	
	RESULTADO INTEGRAL 3													
	4=2+3													
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
	Realizações de capital													
	Realizações de prémios de emissão													
	Distribuições													
	Entradas para cobertura de perdas													
	Outras operações													
	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N 5	50 000,00	0,00	0,00	0,00	75 377,61	34 201,55	7 615,86	0,00	-500,24	1 156,89	167 851,67	167 851,67	
	6=1+2+3+5													
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		50 000,00	0,00	0,00	0,00	75 377,61	34 201,55	7 615,86	0,00	-500,24	1 156,89	167 851,67	167 851,67	

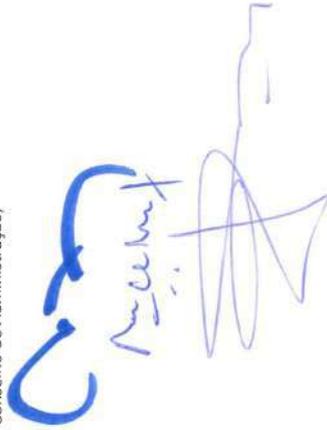
(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Mealhada, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado,

Ava Casheira Oliveira

O Conselho de Administração,



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2022

Valores em Euros

NOTAS	DESCRÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			Total
6	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	50 000,00	0,00	0,00	0,00	75 377,61	34 201,55	7 615,86	0,00	-500,24	1 156,89	167 851,67	0,00	167 851,67
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
	Alterações de políticas contabilísticas													
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações.													
	Ajustamentos por impostos diferidos													
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	57,84	0,00	1 099,05	0,00	0,00	-1 156,89	0,00	0,00	0,00
7														
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
8														
9=7+8	RESULTADO INTEGRAL													
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
	Realizações de capital													
	Realizações de prémios de emissão													
	Distribuições													
	Entradas para cobertura de perdas													
	Outras operações													
10														
	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	50 000,00	0,00	0,00	0,00	75 435,45	34 201,55	8 714,91	0,00	-500,24	3 123,14	170 974,81	0,00	170 974,81
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		50 000,00	0,00	0,00	0,00	75 435,45	34 201,55	8 714,91	0,00	-500,24	3 123,14	170 974,81	0,00	170 974,81

(1) - O euro, admitido-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Mealhada, 31 de Dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado,

Ana Cristina Oliveira

O Conselho de Administração,



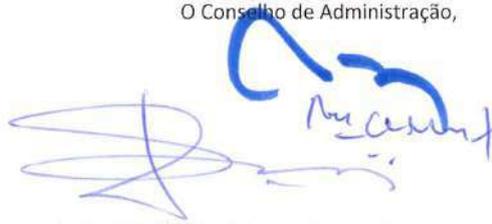
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		129 143,72	199 123,92
Pagamentos a fornecedores		-41 160,18	-48 531,63
Pagamentos ao pessoal		-30 546,40	-29 115,64
Caixa gerada pelas operações		57 437,14	121 476,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-9 072,24	-3 586,71
Outros recebimentos/pagamentos		-31 484,44	-27 234,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		16 880,46	90 655,03
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		15 500,00	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1 500,00	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-14 000,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			-93 000,00
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	-93 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 880,46	-2 344,97
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	10 347,91	12 692,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	13 228,37	10 347,91

Mealhada, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Segur B- Mediação de Seguros, S.A., tem sede na Zona Industrial da Pedrulha, lote 12, freguesia de Casal Comba, concelho da Mealhada e distrito de Aveiro, Portugal. A sua actividade principal consiste na Mediação de Seguros. A sociedade é detida pela empresa Grupo Alves Bandeira, S.A., com 39,6%; pela empresa Portinsurance – Consultores de Seguros, Lda com 30%; pela empresa Certezza- Sociedade Mediadora de Seguros, Lda com 30%, pela empresa RMBAND, S.A., com 0,2% e Rui Manuel Neves Bandeira com 0,2%.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos desta, os quais foram preparados no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado com o decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a Estrutura conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 20 de julho de 2015.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

A reexpressão das demonstrações financeiras destina-se a melhorar a relevância e a fiabilidade das demonstrações financeiras e a sua comparabilidade ao longo do tempo. No entanto, é entendimento da Empresa que erros de períodos anteriores, alterações de estimativas e de políticas contabilísticas apenas dão origem à reexpressão das demonstrações financeiras retrospectivamente quando o seu efeito seja de tal forma significativo que a sua não reexpressão distorça claramente a comparabilidade das contas. Em todas as restantes situações, é entendimento da Empresa proceder à divulgação dos ajustamentos, e seus efeitos, nas notas respetivas.

3. NÃO APLICÁVEL

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 poderão também estar registados ao custo de aquisição revalorizado.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha recta, através de uma depreciação sistemática durante a vida útil estimada para os ativos. O método será aplicado consistentemente de período para período, a menos que ocorra uma alteração no modelo esperado de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados nos ativos. As depreciações são calculadas logo após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, na sua generalidade, são registados pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando são classificados ativos detidos para venda, caso em que se encontram registados pelo custo de aquisição.

Nas participações registadas pelo método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente aumentado ou diminuído pela diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios da participada, reportados à data de aquisição ou à data da aplicação do método pela primeira vez. Esta diferença é registada na rubrica "Ajustamentos de transição". Anualmente o investimento financeiro é ajustado pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas por contrapartida das rubricas "Ganhos em subsidiárias, associadas empreendimentos conjuntos".

As perdas que excedem o investimento efetuado não são reconhecidas, a não ser que existam obrigações legais ou construtivas ou tenham sido feitos pagamentos a favor dessas participadas.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões só são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), como resultado de um acontecimento passado, quando seja provável uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos necessários para liquidar uma obrigação e quando é possível fazer uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas sim divulgadas no presente anexo, quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas sim divulgados no presente anexo, quando é provável a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros. Caso esta probabilidade seja remota, os passivos continentes não objeto de divulgação.

RÉDITOS

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando satisfeitas todas as seguintes condições:

- Quando a empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Quando a empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão;
- Quando a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a empresa; e
- Quando os custos, incorridos ou a incorrer, referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

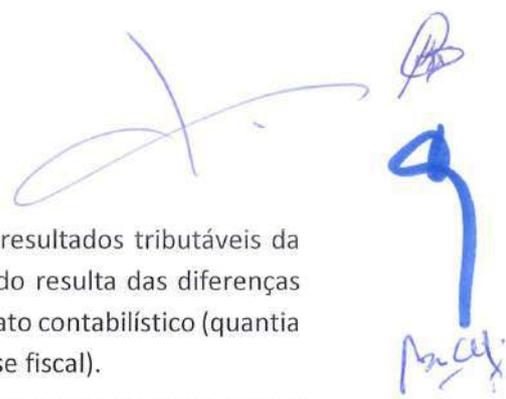
Quando o valor das transações que envolvem prestações de serviços pode ser fiavelmente estimado, o rédito associado a essas transações é reconhecido com referência à fase de acabamento das transações à data do balanço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.



O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Cientes e Outros Créditos a Receber

As dívidas de clientes ou de outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a a pagar

As dívidas a fornecedores ou outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu custo, ou seja, são mensurados no reconhecimento inicial deduzidos dos respetivos reembolsos de capital. Os encargos financeiros são contabilizados na Demonstração dos Resultados do período de acordo com o regime de periodização económica.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais.

Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

5. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontra-se discriminada da seguinte forma:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Rubricas	(Unid: Eur)	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa		
Depósitos à ordem	13 228,37	10 347,91
Outros depósitos bancários		
Outros instrumentos financeiros		
Total	13 228,37	10 347,91

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior e não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais saldos e transações com entidades diretamente relacionadas, podem ser detalhadas como se segue:

SALDOS 2022

(Unid: Eur)

Cientes	Empréstimos Concedidos	Outros Créditos a Receber	Fornecedores	Empréstimos Obtidos	Outras Contas a Pagar
Grupo Alves Bandeira, SGPS, S.A.		-	67 860,00		
Alves Bandeira & Cª, S.A.		30 472,83	378,71		
Alves Bandeira Tyres. S.A.		9 884,22			
Alves Bandeira- Serv.Partilhados, ACE		2 335,87	145,10		
Cíviberica, S.A.		5 058,29			
Petroiberica, S.A.		3 600,40			
Transfrota, S.A.					
AB CHEM, S.A.		5 492,28			
Equipband- Equip. & Assist., S.A.		4 274,05			
RMBAND, S.A.		1 367,04			
Alves Bandeira Internacional, FZE		2 216,51			
Sobritas,Lda		59 465,88			
Academia Grupo Alves Bandeira, ACE		647,25			
Alves Bandeira Renting, S.A.		50 838,51			
Eta - Empresa de Transportes do Alentejo, Lda		20 924,24			
Sistra - Sistema Integrado Intragrupo A.C.E.		-			
Hippus B - Produtos Hípicos Unipessoal, Lda					
Portinsurance Consultores de Seguros, Lda			7 500,00		
Jose do Couto Gonçalves			7 387,50		
Prediband, S.A.		3 505,92	3 833,73		
Carvalho Ribeiro & Tojeira, Lda		198,54			
SDTI- Sociedade Desenv. Tecnologias Inovadoras		414,70			
EZU- Energia, LDA		56,75			
Total		228 503,80	87 105,04		

TRANSACÇÕES 2022

(Unid: Eur)

	Vendas e Prest. de Serviços	Juros debitados	Outros Rendimentos	Compras e FSE	Juros Suportados	Outros Gastos
Grupo Alves Bandeira, SGPS, S.A.				22 000,00		
Alves Bandeira & Cª, S.A.				1 456,92		
Alves Bandeira Tyres. S.A.						
Alves Bandeira- Serv.Partilhados, ACE				224,01		
Cíviberica, S.A.						
Petroiberica, S.A.						
Transfrota, S.A.						
AB CHEM, S.A.						
Equipband- Equip. & Assist., S.A.						
RMBAND, S.A.						
Alves Bandeira Internacional, FZE						
Sobritas,Lda						
Academia Grupo Alves Bandeira, ACE						
Alves Bandeira Renting, S.A.						
Eta - Empresa de Transportes do Alentejo, Lda						
Sistra - Sistema Integrado Intragrupo A.C.E.						
Hippus B - Produtos Hípicos Unipessoal, Lda						
Portinsurance Consultores de Seguros, Lda				7 500,00		
Jose do Couto Gonçalves				18 025,50		
Prediband, S.A.				5 111,64		
Carvalho Ribeiro & Tojeira, Lda						
SDTI- Sociedade Desenv. Tecnologias Inovadoras						
EZU- Energia, LDA						
Total				54 318,07		

SALDOS 2021

(Unid: Eur)

Clientes	Empréstimos Concedidos	Outros Créditos a Receber	Fornecedores	Empréstimos Obtidos	Outras Contas a Pagar
Grupo Alves Bandeira, SGPS, S.A.			40 800,00		
Alves Bandeira & Cª, S.A.		11 431,58	79,64		
Alves Bandeira Tyres. S.A.		9 747,91			
Alves Bandeira- Serv.Partilhados, ACE		3 012,93	55,44		
Civiberica, S.A.		5 058,29			
Petroiberica, S.A.		1 362,99			
Transfrota, S.A.					
AB CHEM, S.A.		478,51			
Equipband- Equip. & Assist., S.A.		768,11			
RMBAND, S.A.		1 778,84			
Alves Bandeira Internacional, FZE		-			
Sobritas,Lda		45 744,64			
Academia Grupo Alves Bandeira, ACE		616,44			
Alves Bandeira Renting, S.A.		35 620,49			
Eta - Empresa de Transportes do Alentejo, Lda		2 145,55			
Sistra - Sistema Integrado Intragruppo A.C.E.		-			
Hippus B - Produtos Hipicos Unipessoal, Lda		353,39			
Portinsurance Consultores de Seguros, Lda					
Prediband, S.A.		266,63	3 120,40		
Total		118 386,30	44 055,48		

TRANSAÇÕES 2021

(Unid: Eur)

	Vendas e Prest. de Serviços	Juros debitados	Outros Rendimentos	Compras e FSE	Juros Suportados	Outros Gastos
Grupo Alves Bandeira, SGPS, S.A.				11 707,32		
Alves Bandeira & Cª, S.A.				836,07		
Alves Bandeira Tyres. S.A.						
Alves Bandeira- Serv.Partilhados, ACE				155,41		
Civiberica, S.A.						
Petroiberica, S.A.						
Transfrota, S.A.						
AB CHEM, S.A.						
Equipband- Equip. & Assist., S.A.						
RMBAND, S.A.						
Alves Bandeira Internacional, FZE						
Sobritas,Lda						
Academia Grupo Alves Bandeira, ACE						
Alves Bandeira Renting, S.A.						
Eta - Empresa de Transportes do Alentejo, Lda						
Sistra - Sistema Integrado Intragruppo A.C.E.						
Hippus B - Produtos Hipicos Unipessoal, Lda						
Portinsurance Consultores de Seguros, Lda						
STBB - Sociedade de Transp. da Beira Beixa, S.A.						
Portinsurance Consultores de Seguros, Lda						
Prediband, S.A.				3 805,32		
Total				16 504,12		

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1 TAXAS DE DEPRECIACÃO

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida útil esperada
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	4-6
Equipamentos administrativo	1-10
Outros activos fixos tangíveis	

8.2 MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

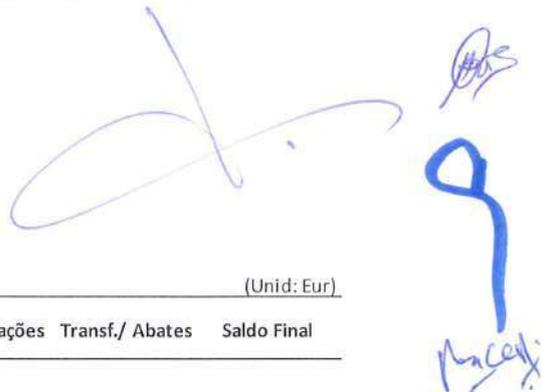
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

ACTIVO BRUTO 2022

						(Unid: Eur)
	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Transf./ Abates	Saldo Final
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	8 121,46	15 500,00		-8 121,46		15 500,00
Equipamentos administrativo	3 735,09	239,80				3 974,89
Outros activos fixos tangíveis						
Total	11 856,55	15 739,80		-8 121,46		19 474,89

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS 2022

					(Unid: Eur)
	Saldo Inicial	Reforços	Anulações / Reversões	Transferências	Saldo Final
Equipamento básico					
Equipamento de transporte	8 121,46	1 075,96	-8 121,46		1 075,96
Equipamentos administrativo	3 320,10	350,09			3 670,19
Outros activos fixos tangíveis					
Total	11 441,56	1 426,05	-8 121,46		4 746,15



ACTIVO BRUTO 2021

(Unid: Eur)

	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Transf./ Abates	Saldo Final
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	8 121,46					8 121,46
Equipamentos administrativo	3 735,09					3 735,09
Outros activos fixos tangíveis						
Total	11 856,55					11 856,55

DEPRECIACÕES ACUMULADAS 2021

(Unid: Eur)

	Saldo Inicial	Reforços	Anulações / Reversões	Transferências	Saldo Final
Equipamento básico					
Equipamento de transporte	8 121,46				8 121,46
Equipamentos administrativo	2 983,33	336,77			3 320,10
Outros activos fixos tangíveis					
Total	11 104,79	336,77			11 441,56

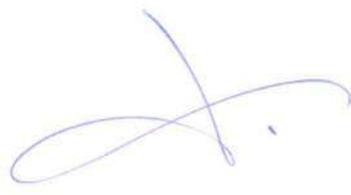
9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos na rubrica de outros investimentos financeiros compreende Fundos de Compensação do Trabalho:

ACTIVO BRUTO 2022

(Unid: Eur)

	Saldo Inicial	Adições	Transferências e Abates	Saldo Final
Participações financeiras - Outros métodos				
Investimento em Subsidiárias				
Investimentos em associadas				
Outros activos financeiros	280,40	77,87	-34,08	324,19
Investimentos noutras empresas				
Empréstimos concedidos a outras empresas				
Outros investimentos financeiros	280,40	77,87	-34,08	324,19
Total	280,40	77,87	-34,08	324,19




ACTIVO BRUTO 2021

	(Unid: Eur)			
	Saldo Inicial	Adições	Transferências e Abates	Saldo Final
Participações financeiras - Outros métodos				
Investimento em Subsidiárias				
Investimentos em associadas				
Outros activos financeiros	206,80	73,60		280,40
Investimentos noutras empresas				
Empréstimos concedidos a outras empresas				
Outros investimentos financeiros	206,80	73,60		280,40
Total	206,80	73,60		280,40

10. RÉDITO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os réditos da empresa encontravam-se repartidos da seguinte forma:

RÉDITOS

	(Unid: Eur)		
Categoria	Mercado Interno	Mercado Europeu	Países Terceiros
Venda de bens			
Prestação de serviços	153 518,36		
Juros			
Royalties			
Dividendos			
Total	153 518,36		

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de maio de 2023. Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos, passivos e das demonstrações financeiras do exercício de 2022.

12. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), à taxa de 21%. Ao valor da colecta de IRC é acrescida a Derrama que incide sobre o lucro tributável, que no ano de 2022 para o Município da Mealhada a taxa geral é de 0,75% e isenta cujo volume de negócios no período anterior, não ultrapasse 150 000€.

Nos termos do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições aí previstas.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

O imposto sobre o rendimento, reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontra-se detalhado da seguinte forma:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

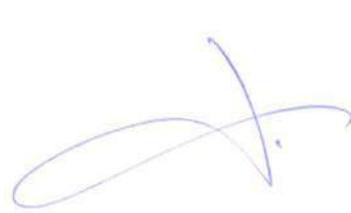
	(Unid: Eur)	
	2022	2021
Imposto corrente	4 352,38	2 308,19
Imposto diferido		
Total	4 352,38	2 308,19

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes de impostos (1)	7 475,52	3 465,08
Taxa de imposto (2)	21,00%	21,00%
Imposto esperado (1 x 2)	1 569,86	727,67
Lucro tributável (4)	13 356,15	3 465,08
Imposto sobre o rendimento (5)	-2 804,79	-727,67
Tributações Autónomas (6)	-1 547,59	-1 580,52
Derrama Municipal (7)		
Imposto sobre o rendimento (8=5+6+7)	-4 352,38	-2 308,19
Taxa média (9=8/4)	32,59%	66,61%
Taxa efectiva de imposto (10= 3/1)	58,22%	66,61%

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Outros Créditos a receber, tinha a seguinte decomposição:




Créditos a Receber

(Unid: Eur)

Outros Créditos a Receber	31/12/2022	31/12/2021
Activo corrente		
Comissões		
Accionistas/ Sócios		
Outros Creditos a receber	240 283,10	212 798,73
Total	240 283,10	212 798,73

14. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica outras dívidas pagar, tinha a seguinte decomposição:

Outras Dividas a Pagar

(Unid: Eur)

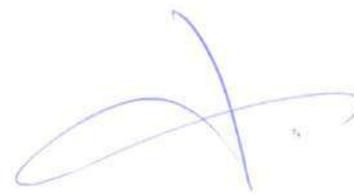
Outras dívidas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Passivo corrente		
Devedores por acrescimo		
Outras contas a pagar	5 580,65	7 684,64
Total	5 580,65	7 684,64

15. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica diferimentos, tinha a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)

Diferimentos	31/12/2022	31/12/2021
Diferimentos (Activos)		
Seguros pagos antecipadamente	1 018,14	713,61
Rendas Prediais pagas antecipadamente		
Juros pagos antecipadamente		
Total	1 018,14	713,61




16. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2022, o Capital Subscrito da empresa era de 50.000,00 euros, encontrava-se assim representado:

CAPITAL SOCIAL

	Quota/N.º Acções 1.01.2022	Aumento	N.º Acções 31.12.2022	Tipo	Valor Nominal
Capital Subscrito	50 000		50 000	Nominativas	1,00 EUR
Quota Própria	0		0		

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2022, nas rubricas de Capital Próprio, foram os seguintes:

CAPITAL PRÓPRIO

(Unid: Eur)

	Saldo Inicial	Reforço	Reduções	Transferências	Saldo Final
Capital Subscrito	50 000,00				50 000,00
Acções (quotas) próprias					
Outros instrumentos de capital próprio					
Prémios de emissão					
Reservas legais	75 377,61	57,84			75 435,45
Outras reservas	34 201,55				34 201,55
Resultados transitados	7 615,86	1 099,05			8 714,91
Excedentes de revalorização					
Ajustamentos /Outras variações no capital p	-500,24				-500,24
Resultado líquido do exercício	1 156,89	3 123,14	-1 156,89		3 123,14
Total	167 851,67	4 280,03	-1 156,89		170 974,81

17. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO

O número médio de pessoal ao serviço da empresa, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

NUMERO MÉDIO DE PESSOAL

	31/12/2022	31/12/2021
Quadros Administração	1	1
Directores		
Coordenadores e Supervisores		
Quadros Técnicos	1	1
Operacionais		
Total	2	2

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações ao Pessoal	30 785,22	29 333,92
Encargos sobre Remunerações	5 618,37	5 286,85
Seguros Acidentes Trabalho	379,01	366,82
Outros Gastos com Pessoal	8 827,73	22,62
Total	45 610,33	35 010,21

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, tinha a seguinte decomposição:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		(Unid: Eur)	
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021	
Serviços Especializados	50 571,64	31 028,86	
Materiais	275,53	321,16	
Energia e fluidos	1 792,01	690,06	
Deslocações, estadas e transportes	20 008,97	21 187,11	
Serviços diversos	11 204,13	10 176,81	
Total	83 852,28	63 404,00	

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros Gastos, tinha a seguinte decomposição:




Outros Gastos e Perdas		(Unid: Eur)	
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021	
Impostos	2 995,13	2 644,56	
Descontos de p.p. concedidos	458,30	151,71	
Dívidas incobráveis			
Perdas em inventários			
Gastos em subsidiárias, assoc e emp conjuntos			
Gastos em investimentos não financeiros			
Outros	13 312,77	22 570,53	
Total	16 766,20	25 366,80	

20. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros Rendimentos, tinha a seguinte decomposição:

		(Unid: Eur)	
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021	
Rendimentos suplementares			
Descontos de p.p. obtidos			
Recuperação de dívidas			
Ganhos em inventários			
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros	1 500,00		
Outros	112,02	24,64	
Total	1 612,02	24,64	

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)

EOEP	31/12/2022	31/12/20210
Activo	3,62	52,81
Imposto sobre o Rendimento	3,62	52,81
Imposto sobre o Valor Acrescentado		
Outros Impostos		
Passivo	2 801,81	3 573,62
Imposto sobre o Rendimento	280,00	
Retenção de Impostos de sobre o Rendimento	1 312,50	2 427,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado		
Imposto sobre o Valor Acrescentado		
Contribuições para a Segurança Social	1 209,31	1 146,62

A Empresa a 31 de Dezembro de 2022, não regista qualquer dívida em mora ao Estado e à Segurança Social.

22. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, ascendeu a 2.120,00 Euros, sendo respeitantes, exclusivamente, à revisão legal das contas anuais.

MEALHADA, 22 DE MAIO DE 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

Hua Castela Oliveira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SEGUR B - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 269.586 euros, e um total de capital próprio de 170.975 euros, incluindo um resultado líquido de 3.123 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SEGUR B - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de

Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 06 de junho de 2023

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056
Registado na CMVM sob o n.º 20160668

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **SEGUR B - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.** (a Entidade), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Entidade, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2022, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 06 de junho de 2023

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056
Registado na CMVM sob o nº 20160668